

A VITÓRIA DE QUEM ACREDITOU

Uma vitória dos servidores, assim pode ser classificada a conquista do reenquadramento mais dois padrões para todos os servidores do MPU. Os servidores acreditaram e se mobilizaram para transformar em realidade o que o Sindjus vem defendendo junto à categoria e à administração desde o envio do projeto de lei, em agosto de 2012, que deu origem à Lei

12.773/12. A aprovação do Procedimento de Controle Administrativo (PCA) pelo Plenário do CNMP no dia 6 de agosto é resultado de uma soma de forças e esforços. A grande lição dessa conquista se chama unidade. A união e a mobilização dos servidores foram fundamentais para a construção desse resultado, possibilitando diversos momentos

de pressão, como no Plenário do CNMP e também nos atos e reuniões.

“Procuramos outras associações e sindicatos para compor uma ampla frente em defesa do reenquadramento com mais dois padrões. Os servidores, como esperado, saíram ganhando. Estão todos de parabéns”, frisou Ana Paula Cusinato.

EFEITOS DA DECISÃO SERÃO RETROATIVOS A 1º DE JANEIRO

Com a aprovação, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, dos procedimentos de controle administrativo que solicitaram o reenquadramento dos servidores do MPU com mais dois padrões, as administrações devem respeitar o tempo de serviço e as promoções e progressões obtidas an-

tes da implantação da Lei 12.773/12, de modo a promover a isonomia entre os servidores do CNMP com todos os que compõem a carreira do MPU.

Em seu voto, a relatora Maria Ester Tavares foi clara ao dizer que a administração ignorou interstícios temporais e progressões já consumadas, além de igualar servidores com diferentes tempos de carreira, afrontando a isonomia.

Segundo o CNMP, todos os reflexos

dessa determinação, inclusive os de caráter financeiro, deverão retroagir ao dia 1º de janeiro (data em que entrou em vigor a Lei 12.773/12), resultando assim em uma diferença salarial a ser recebida pelos servidores. Embora tenha sido estabelecido que os limites da lei orçamentária devam ser respeitados, a relatora afirmou que a legalidade não pode se submeter ao orçamento. O Sindjus vai fiscalizar de perto esse pagamento.

	Padrão antes da Lei 12.773 (2012)	Antes da decisão do CNMP (regressão)		Após a decisão do CNMP (reenquadramento correto)		Diferença em %
		Padrão	Vencimento	Padrão	Vencimento	
ANALISTA DO MPU	15	13	6.957,41	13	6.957,41	0,00
	14	12	6.754,77	13	6.957,41	3,00
	13	11	6.558,03	13	6.957,41	6,09
	12	10	6.367,02	12	6.754,77	6,09
	11	9	6.181,57	11	6.558,03	6,09
	10	8	5.848,22	10	6.367,02	8,87
	9	7	5.677,88	9	6.181,57	8,87
	8	6	5.512,51	8	5.848,22	6,09
	7	5	5.351,95	7	5.677,88	6,09
	6	4	5.196,07	6	5.512,51	6,09
	5	3	4.915,86	5	5.351,95	8,87
	4	2	4.772,68	4	5.196,07	8,87
	3	1	4.633,67	3	4.915,86	6,09
	2	1	4.633,67	2	4.772,68	3,00
	1	1	4.633,67	1	4.633,67	0,00

	Padrão antes da Lei 12.773 (2012)	Antes da decisão do CNMP (regressão)		Após a decisão do CNMP (reenquadramento correto)		Diferença em %
		Padrão	Vencimento	Padrão	Vencimento	
TÉCNICO DO MPU	15	13	4.240,47	13	4.240,47	0,00
	14	12	4.116,96	13	4.240,47	3,00
	13	11	3.997,05	13	4.240,47	6,09
	12	10	3.880,63	12	4.116,96	6,09
	11	9	3.767,60	11	3.997,05	6,09
	10	8	3.564,43	10	3.880,63	8,87
	9	7	3.460,61	9	3.767,60	8,87
	8	6	3.359,82	8	3.564,43	6,09
	7	5	3.261,96	7	3.460,61	6,09
	6	4	3.166,95	6	3.359,82	6,09
	5	3	2.996,17	5	3.261,96	8,87
	4	2	2.908,90	4	3.166,95	8,87
	3	1	2.824,17	3	2.996,17	6,09
	2	1	2.824,17	2	2.908,90	3,00
	1	1	2.824,17	1	2.824,17	0,00

BREVE HISTÓRICO DE LUTA PELA APROVAÇÃO DO REENQUADRAMENTO JUSTO

■ 15.08 e 07/08	Sindjus se reúne com procuradores-gerais solicitando rápida inclusão do reenquadramento na folha de pagamento
■ 06.08	14h20: CNMP aprova, por unanimidade, extensão do reenquadramento com mais dois padrões a todos os servidores do MPU 14h: Sessão reaberta Intervalo da sessão: Coordenadores do Sindjus pressionam pessoalmente o conselheiro Mário Bonsaglia Manhã - O conselheiro do CNMP Mário Bonsaglia pediu vistas do PCA Antes de a sessão do CNMP ser aberta, coordenadores do Sindjus Cledo Vieira e Ana Paula conversam com conselheiros, inclusive com a relatora Maria Ester Tavares
■ 02.08	15h: Ato Público, na PGR, promovido pelo Sindjus, reúne servidores e entidades sindicais pelo reenquadramento com mais dois padrões
■ 30.07	O coordenador do Sindjus e da Fenajufe, Cleo Vieira, conversou novamente com a relatora Maria Ester Tavares, reforçando o pedido do PCA no CNMP. A coordenadora do Sindjus Ana Paula Cusinato reuniu-se com a relatora conselheira Maria Ester Tavares às 8h30 e solicitou a inclusão na pauta.
■ 17.07	Sindjus ingressa com MS contra demora do PGR em responder requerimento do reenquadramento
■ Julho	O Sindjus realiza diversas reuniões setoriais em locais de trabalho do MPU conscientizando os servidores sobre a importância de lutar pelo reenquadramento com mais dois padrões.
■ 20.06	Arraia do Reenquadramento. Sindjus faz ato na PGR, com participação também dos servidores do MPDFT, para reivindicar o reenquadramento com mais dois padrões, exigindo que a decisão do CNMP seja adotada para todo o MPU mais dois padrões para seus servidores. Sindjus acompanha julgamento do Plenário do CNMP que consolida reenquadramento com mais dois padrões para seus servidores.
■ 11.06	A coordenadora Ana Paula Cusinato se reúne com o procurador-geral do Trabalho em exercício Eduardo Parmeggiani para solicitar seu apoio ao reenquadramento mais dois padrões para os servidores do MPT.
■ 07.06	Assembleia setorial na PGR para definir estratégias sobre reenquadramento. Entre as deliberações, ficou decidido que o Sindjus assumiria o acompanhamento do PCA fruto da petição pública online promovida pelos servidores da PGR.
■ 29.05	A coordenadora Ana Paula Cusinato reuniu-se com a procuradora-geral de Justiça em exercício Zenaide Souto para tratar do reenquadramento dos servidores do MPDFT.
■ 21.05	CNMP aprova Procedimento de Controle Administrativo nº 423/2013-52, na mesma linha do requerimento do Sindjus.
■ 18.03	Sindjus se reúne com secretário-geral da PGR para discutir demandas e dá destaque ao reenquadramento com mais dois padrões
■ 28.02	Sindjus realiza reunião setorial com servidores da PGR para discutir pauta de reivindicações, entre elas, o reenquadramento
■ 23.01	Sindjus protocola requerimento na PGR/MPF, no MPDFT, no MPT, no MPM e no CNMP propondo como solução para o reenquadramento da Lei 12.773/2012 a manutenção dos servidores nominalmente em seu padrão anterior à nova lei.